

Demonstrações Financeiras

Central Eólica Volta do Rio S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONTAS A RECEBER E CONTAS A PAGAR - ELETROBRAS	19
6. TRIBUTOS A RECUPERAR	19
7. DEPÓSITOS VINCULADOS	19
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	21
9. FORNECEDORES	22
10. TRIBUTOS	22
11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	22
12. PROVISÕES PARA RISCOS	23
13. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	24
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
15. RECEITA	25
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	26
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	26
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	28
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	29
21. COMPROMISSOS	32
22. SEGUROS	32
PARECER DO CONSELHO FISCAL	34
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R\$274.867 mil (R\$117.230 mil em 31 de dezembro de 2020), representado por 274.867.441 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (117.230.000 em 31 de dezembro de 2020), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia apresentou um lucro de R\$32.865 mil em 2021, comparado a um prejuízo de R\$15.991 mil em 2020. Foi registrado, no Nordeste, recorde de geração de energia eólica devido aos volumes de vento. Isso favoreceu o aumento da receita da Companhia. Além disso, devido à recuperação de aerogerados que estavam em processo de *retrofit*, estando quase todos em operação, também houve um favorecimento da receita da Companhia.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$80.529 mil em 2021, em comparação a R\$36.806 mil em 2020, representando um aumento de 118,79%. O aumento da receita operacional líquida se deve pelas mesmas razões do aumento do resultado do exercício.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$3.193 mil em 2021, comparados a R\$1.528 mil em 2020.

Na mesma proporção em que se aumenta a receita operacional, é percebido um aumento nos tributos incidentes sobre ela, sendo estes os maiores valores no que tange às deduções da receita operacional.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$39.415 mil em 2021, em comparação a R\$36.926 mil em 2020, representando um aumento de 6,74%.

A Companhia passou a fazer parte do convênio de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos no fim de 2020. Com isso, percebe-se um aumento da despesa com pessoal, em 2021, já que houve registro de despesa durante todo o exercício.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2021 correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$5.349 mil, comparada a R\$14.405 mil em 2020. Houve, em 2021, o pagamento do saldo remanescente do contrato de financiamento que a Companhia possui com a Caixa Econômica Federal. Por esta razão, houve uma redução da despesa financeira em 2021 quando comparada com 2020.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.900 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2020, a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.466 mil. A Companhia apura suas despesas de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido. Como houve um aumento na receita operacional, consequentemente houve um aumento nas despesas de imposto de renda e contribuição social.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado do exercício	32.865	(15.991)	-
Amortização e depreciação	17.929	17.610	1,81
Resultado financeiro	5.349	14.405	(62,87)
Despesa de IR e CS	2.900	1.466	97,82
LAJIDA	59.043	17.490	237,58

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$32.865 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$32.865 mil para absorção de prejuízos acumulados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	884	11.450
Títulos e valores mobiliários	4	17.631	3.733
Contas a receber	5	37.057	3.493
Tributos a recuperar	6	1.656	650
Despesas antecipadas		529	-
Depósitos vinculados	7	5.287	20.575
TOTAL DO CIRCULANTE		63.044	39.901
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	3.626	839
Tributos a recuperar	6	-	592
Depósitos vinculados a litígios		10	-
Tributos diferidos		285	92
Imobilizado	8	174.696	185.889
Intangível	8	1.229	1.359
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		179.846	188.771
ATIVO TOTAL		242.890	228.672

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	5.537	7.759
Empréstimos e financiamentos	11	-	16.729
Contas a pagar – Eletrobras	5	-	4.392
Tributos a recolher	10	1.092	438
Outros passivos		1.675	914
TOTAL DO CIRCULANTE		8.304	30.232
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	19	842	842
Tributos diferidos	10	2.704	-
Provisão para desmobilização de ativos	13	24.184	23.607
Outros passivos		120	120
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		27.850	24.569
TOTAL DO PASSIVO		36.154	54.801
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital social		274.867	117.230
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	157.637
Prejuízos acumulados		(68.131)	(100.996)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		206.736	173.871
PASSIVO TOTAL		242.890	228.672

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo básico e diluído por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	15	80.529	36.806
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS DE OPERAÇÃO	16		
Material		(4.040)	(2.624)
Serviços de terceiros		(7.541)	(5.804)
Amortização e depreciação		(17.929)	(17.610)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(4.661)	(4.179)
Outros custos		(659)	(734)
		(34.830)	(30.951)
LUCRO BRUTO		45.699	5.855
DESPESAS OPERACIONAIS	16		
Pessoal e administradores		(2.226)	(683)
Serviços de terceiros		(1.249)	(1.037)
Outras despesas gerais		(1.110)	(4.255)
		(4.585)	(5.975)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		41.114	(120)
Receitas financeiras	17	1.018	912
Despesas financeiras	17	(6.367)	(15.317)
		(5.349)	(14.405)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		35.765	(14.525)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.693)	(1.662)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(1.207)	196
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		32.865	(15.991)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações – R\$		167,64	(136,41)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO PERÍODO	32.865	(15.991)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	32.865	(15.991)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	117.230	(85.005)	21.637	53.862
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	136.000	136.000
Prejuízo do exercício	-	(15.991)	-	(15.991)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	117.230	(100.996)	157.637	173.871
Aumento de Capital Social	157.637	-	(157.637)	-
Resultado do exercício	-	32.865	-	32.865
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	274.867	(68.131)	-	206.736

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	32.865	(15.991)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 16)	17.929	17.610
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 17)	892	7.295
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 17)	(280)	(160)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	1.207	(196)
PIS/Pasep e Cofins diferidos (Nota 15)	(1.304)	-
Juros sobre mútuos (Nota 17)	-	2.841
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível	-	10
Variação monetária - Desmobilização de ativos (Nota 13)	5.168	5.003
	<u>56.477</u>	<u>16.412</u>
(Aumento) Redução de ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	(33.564)	448
Tributos a recuperar (Nota 6)	(414)	3.054
Despesas antecipadas	(529)	-
Outros ativos	(203)	(104)
	<u>(34.710)</u>	<u>3.398</u>
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(2.222)	6.042
Tributos a recolher	654	220
Imposto de renda e contribuição social a recolher	822	415
Tributos diferidos	2.801	-
Contas a pagar – Eletrobras (Nota 5)	(4.392)	(8.590)
Outros passivos	761	905
	<u>(1.576)</u>	<u>(1.008)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	20.191	18.802
Imposto de renda e contribuição social pagos	(822)	(311)
Juros pagos (Nota 11)	(424)	(832)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>18.945</u>	<u>17.659</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição ao imobilizado e ao intangível (Nota 8)	(11.197)	(19.460)
Títulos e valores mobiliários	(16.685)	(4.572)
Depósitos vinculados (Nota 7)	15.568	(20.415)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(12.314)</u>	<u>(44.447)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(17.197)	(107.444)
Mútuo - Partes relacionadas	-	(25.281)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	136.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(17.197)</u>	<u>3.275</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(10.566)</u>	<u>(23.513)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	11.450	34.963
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	884	11.450
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(10.566)</u>	<u>(23.513)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Volta do Rio S.A., localizada no município de Acaraú, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL no 660/2001, com início de sua operação comercial em setembro/2010.

Em 20 de dezembro de 2018, a Central Eólica Volta do Rio S.A. passou a ser uma subsidiária integral da Cemig GT.

A Central Eólica Volta do Rio S.A. é um empreendimento localizado em Acaraú, no estado do Ceará. O aproveitamento é de 42 MW de potência instalada distribuídos em 28 aerogeradores, utilizando aerogeradores Vensys VS-70 de 1,5 MW, com torres de 65 metros de altura. Toda sua energia é comercializada através do PROINFA.

Em 31 de dezembro de 2021, a Central Eólica Volta do Rio S.A. estava como 25 aerogeradores em operação (já reformados), 2 em processo de reforma, e 1 aguardando licitação para transporte, com previsão de totalidade da operação em 2022.

a) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 12 – Provisões para riscos;
- Nota 13 – Provisão para desmobilização de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados, fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com a Eletrobras.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo da autorização de operação ao qual se refere.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, considerando o prazo do contrato de venda de energia, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil

líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um ativo/passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis/tributáveis referentes a receita bruta e as receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos e à variação monetária da provisão para desmobilização de ativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	47	4.416
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	6.843
Overnight	837	191
Total	884	11.450

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 94% e 96% em 31 de dezembro de 2020.

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que variou entre 8,87% e 9,14% em 31 de dezembro de 2021 (1,89% em 31 de dezembro de 2020).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.033	607
Letras Financeiras Bancos - LFs	14.561	2.307
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.833	813
Debêntures	204	6
	<u>17.631</u>	<u>3.733</u>
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	3.576	812
Debêntures	50	27
	<u>3.626</u>	<u>839</u>
Total	<u>21.257</u>	<u>4.572</u>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 94% e 96% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 99,5% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

As Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020). Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada do saldo devedor do financiamento, não sendo mais obrigatória a constituição de reservas vinculadas. Com o resgate parcial dos recursos que estavam em depósitos vinculados, houve a aplicação desses recursos em títulos e valores mobiliários. Por esta razão, percebe-se um aumento significativa dos saldos de 2021 quando comparados com 2020.

5. CONTAS A RECEBER E CONTAS A PAGAR - ELETROBRAS

	2021	2020
Ativo circulante		
Venda de energia faturada	5.665	3.493
Ajuste de energia (a)	31.392	-
Total do ativo	37.057	3.493
Passivo		
Ajuste de energia (a)	-	3.105
Garantia Eletrobras (b)	-	1.287
Total do passivo	-	4.392

(a) O ajuste de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada para venda à Eletrobras no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício.

(b) Valor referente ao mínimo de faturamento mensal correspondente à 70% da energia contratada, cujo pagamento é garantido pela Eletrobras conforme estabelecido na cláusula 14 do referido contrato do contrato de compra e venda de energia. O montante necessário para complementar a diferença positiva entre o piso e a energia gerada no período se constituirá em dívida com a Eletrobras e será liquidado pela Companhia em parcelas iguais pelos 12 meses do ano subsequente.

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 20.

	2021	2020
Energia gerada em MWh (Não auditado)	130.319	78.276
Energia faturada em MWh (Não auditado)	83.786	83.786
Ajuste de energia em MWh (Não auditado)	46.533	(5.510)
Ajuste de energia em R\$ mil	31.392	(3.105)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2021	2020
Cofins a recuperar	423	75
PIS/Pasep a recuperar	91	16
ICMS a recuperar	-	592
CSLL a recuperar (a)	297	159
IRRF a recuperar (a)	845	400
Total	1.656	1.242
Circulante	1.656	650
Não circulante	-	592

(a) Referem-se a créditos oriundos de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia à Eletrobras e a créditos oriundos de retenções na fonte de aplicações financeiras.

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2021	2020
Depósitos vinculados - Contas bancárias		
Conta centralizadora (a)	1.417	-
Depósitos vinculados - Aplicações Financeiras		
Conta reserva especial (b)	3.735	3.143
Conta reserva (c)	-	17.272
Atualização financeira	135	160
Total	5.287	20.575

Os depósitos vinculados referem-se ao contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada do saldo devedor do financiamento, não sendo mais obrigatória a constituição da conta reserva.

A conta centralizadora, recebedora das receitas oriundas do contrato com o Proinfa, era utilizada pela Caixa Econômica Federal para depósito nas contas reserva, reserva especial e para pagamento das obrigações do contrato de dívida. Devido à amortização antecipada da dívida, apenas a reserva especial deverá ser mantida e os recursos remanescentes são liberados para livre movimentação. A Companhia deve manter na conta de reserva especial um saldo equivalente a no mínimo R\$3.143, constituído do segundo ao sexto mês após a entrada em operação.

A Caixa Econômica Federal apresentou notificação à Companhia em dezembro de 2020, referente à revisão dos cálculos da evolução da dívida dos contratos de financiamento com o Padrão Monetário TJLP-D, entre o período de janeiro de 2005 a setembro de 2010, e foram identificadas divergências na conversão em Real das movimentações financeiras durante a evolução financeira da dívida. Em janeiro de 2022, a Caixa Econômica Federal apresentou nova notificação, atualizando os valores cobrados. A Companhia está avaliando as alternativas para solucionar essa pendência, e, até que haja algum acordo entre as partes, as garantias devem ser mantidas na conta de reserva especial.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	2021			2020		
	Custo	Dep./Amort. acum.	Valor líquido	Custo	Dep./Amort. acum.	Valor líquido
Intangível						
Servidão	1.470	(245)	1.225	1.470	(123)	1.347
Licença de uso de software	38	(34)	4	38	(26)	12
Total do Intangível	1.508	(279)	1.229	1.508	(149)	1.359
Imobilizado						
Móveis e utensílios	91	(68)	23	91	(63)	28
Máquinas e equipamentos (1)	333.565	(185.509)	148.056	339.241	(174.601)	164.640
Veículos	111	(111)	-	111	(111)	-
Imobilizado em curso	26.617	-	26.617	21.221	-	21.221
Total do Imobilizado	360.384	(185.688)	174.696	360.664	(174.775)	185.889
Total Imobilizado + Intangível	361.892	(185.967)	175.925	362.172	(174.924)	187.248

(1) Em 2021 e 2020, a taxa média de depreciação da conta "Máquinas e equipamentos" é de 5,15% a.a..

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adição (A)	Baixa (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Deprec./Amort. acumulada	Saldo em 31/12/2021
Intangível								
Servidão	1.470	-	-	-	1.470	-	(245)	1.225
Licença de uso de software	38	-	-	-	38	-	(34)	4
Total do Intangível	1.508	-	-	-	1.508	-	(279)	1.229
Imobilizado								
Máquinas e equipamentos	339.241	-	(11.477)	21.126	348.890	9.649	(185.509)	163.381
Móveis e utensílios	91	-	-	-	91	-	(68)	23
Veículos	111	-	-	-	111	-	(111)	-
Imobilizado em curso	21.221	11.197	-	(21.126)	11.292	(9.929)	-	11.292
Total do Imobilizado	360.664	11.197	(11.477)	-	360.384	(280)	(185.688)	174.696
Imobilizado + Intangível	362.172	11.197	(11.477)	-	361.892	(280)	(185.967)	175.925

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

9. FORNECEDORES

	2021	2020
Suprimento e transporte de energia elétrica	467	300
Materiais e serviços	4.960	7.349
Outros	110	110
Total	5.537	7.759

10. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
Circulante		
ICMS	15	15
Cofins	191	138
PIS/Pasep	41	12
INSS	631	234
Outros	214	39
	1.092	438
Não circulante		
Cofins (1)	1.306	-
PIS/Pasep (1)	283	-
	1.589	-
TOTAL	2.681	438

(1) PIS/Pasep e Cofins diferidos decorrentes da opção pelo regime de caixa como critério de reconhecimento de receitas para fins tributários.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Não circulante		
Imposto de renda (2)	746	-
Contribuição social (2)	369	-
Total	1.115	-

(2) Imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes, principalmente, da diferença entre regime de caixa e regime de competência.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moeda	Saldo em 31 de dezembro de 2021			Saldo em 2020
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA NACIONAL							
Caixa Econômica Federal (1)	fev/22	TJLP + 2,50%	R\$	-	-	-	16.729
Total Geral				-	-	-	16.729

Amortização antecipada de dívida

Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada do saldo devedor do contrato de dívida com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$8.766.

O indexador utilizado para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos teve as seguintes variações:

Indexador	Variação Acumulada em 2020 (%)	Variação Acumulada em 2019 (%)
TJLP	(18,31)	(20,20)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	117.710
Variação monetária	5.537
Encargos financeiros provisionados	1.758
Encargos financeiros pagos	(832)
Amortização	(107.444)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.729
Variação monetária	718
Encargos financeiros provisionados	174
Encargos financeiros pagos	(424)
Amortização	(17.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

12. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui processos cuja probabilidade de perda seja considerada provável pelos assessores jurídicos.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Cíveis

Ainda, a Companhia está envolvida em ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, no montante de R\$85 (R\$72 em 31 de dezembro de 2020).

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$2.098 (R\$2.035 em 31 de dezembro de 2020).

Outras

A Companhia está envolvida em ações patrimoniais, a qual foi movida para a obtenção de Certidão Negativa de Débito (CND) referente a questões imobiliárias, no montante de R\$9 (R\$0 em 31 de dezembro de 2020).

13. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução ANEEL 660/2001, a Volta do Rio está autorizada a operar até dezembro de 2031. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2019	10.690
Amortização em 2020	(879)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2020	9.811
Amortização em 2021	(879)
Remensuração (1)	(4.591)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2021	4.341
Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.604
Variação monetária em 2020	5.003
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.607
Variação monetária em 2021	5.168
Remensuração (1)	(4.591)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.184

(1) Em atendimento ao CPC 25, a Companhia reavaliou a taxa de desconto utilizada para refletir em valor presente os custos estimados para desmobilização do parque eólico. Considerando que a variação da NTN-B Principal foi significativa, a Companhia aplicou o efeito da mudança da taxa de desconto na remensuração.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era de R\$274.867 (R\$117.230 em 31 de dezembro de 2020), representado por 274.867.441 ações ordinárias (117.230.000 em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Aumento de capital social

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em fevereiro de 2021, aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$157.637, que estava registrado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$274.867, representado por 274.867.441 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

Destinação do resultado de 2021 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$32.865, seja dada a seguinte destinação:

- R\$32.865 para absorção de prejuízos acumulados.

15. RECEITA

	2021	2020
Venda de energia	83.722	38.334
Deduções à receita operacional (a)	(3.193)	(1.528)
Receita operacional líquida	80.529	36.806

(a) Deduções à receita operacional

	2021	2020
PIS/Pasep e Cofins correntes	(1.750)	(1.399)
PIS/Pasep e Cofins diferidos	(1.304)	-
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(139)	(129)
Total das deduções	(3.193)	(1.528)

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	2.226	683
Material	4.040	2.736
Serviços de terceiros	8.790	6.841
Amortização e depreciação	17.929	17.610
Encargos e taxas de transmissão e conexão	4.661	4.179
Outros custos e despesas operacionais	1.769	1.664
Baixa de créditos tributários	-	3.213
	39.415	36.926
Custos totais	34.830	30.951
Despesa operacional	4.585	5.975
TOTAL	39.415	36.926

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira – Equivalentes de caixa	603	752
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	415	160
	1.018	912
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(892)	(7.295)
Juros sobre mútuos	-	(2.841)
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(5.168)	(5.003)
Outras despesas financeiras	(307)	(178)
	(6.367)	(15.317)
Resultado financeiro	(5.349)	(14.405)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrado abaixo:

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	47.938	47.938
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	3.835	5.753
Receitas financeiras sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	709	709
Base de cálculo do lucro presumido	4.544	6.462
Alíquota	15%	9%
IR e CS	682	582
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	429	-
IR e CS – Total	1.111	582
Rendas de aplicações não resgatadas	309	309
Alíquota	25%	9%
IR e CS – Diferidos	77	28
Receita por competência - Ajuste de receita	35.784	35.784
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	2.863	4.294
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	716	386
IR E CS - Despesa	1.904	996
Corrente	1.111	582
Diferido	793	414
	2020	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	38.334	38.334
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	3.067	4.600
Receitas financeiras sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.484	1.484
Outras receitas financeiras	1	1
Base de cálculo do Lucro Presumido	4.552	6.085
Alíquota	15%	9%
IR e CS	683	548
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	431	-
IR e CS – Total	1.114	548
Rendas de aplicações não resgatadas	(576)	(576)
Alíquota	25%	9%
IR e CS – Diferidos	(144)	(52)
IR e CS – Despesa	970	496
Corrente	1.114	548
Diferido	(144)	(52)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	1.653	877	-	-	(2.614)	(877)
Encargos de uso da rede (2)	-	-	7	7	-	-	(78)	(84)
Convênio de compartilhamento – O&M (3)	-	-	2.051	661	-	-	(2.225)	(661)
Outras partes relacionadas								
Centrais Eólicas Praias de Parajuru S.A.								
Não circulante								
Mútuo (5)	-	-	-	-	-	-	-	(2.841)
Notas de débito (4)	-	-	842	842	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Encargos de uso da rede (2)	-	-	26	16	-	-	(246)	(209)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	837	191	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	17.631	3.733	-	-	388	31	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	3.626	839	-	-	-	-	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Referem-se a encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução;
- (3) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (4) Em outubro de 2020, a Companhia efetuou o pagamento do empréstimo concedido pela parte relacionada Parajuru. As operações de mútuo foram realizadas em 2018, no valor principal de R\$21.300, com custo de 125,52% do CDI.
- (5) Refere-se a reembolso de pagamentos de despesas com o serviço prestado pela WEG para recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,99% em 31 de dezembro de 2021 (0,11% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	85	28
Participação nos resultados	16	9
Previdência privada	7	2
Planos de saúde e odontológico	1	-
Total	109	39

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Contas a receber de clientes	2	37.057	37.057	3.493	3.493
Títulos e valores mobiliários	2	11.155	11.155	1.532	1.532
Depósitos vinculados - Aplicações financeiras	2	3.871	3.871	20.575	20.575
		<u>52.083</u>	<u>52.083</u>	<u>25.600</u>	<u>25.600</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	837	837	6.843	6.843
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	1.033	1.033	408	408
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	7.236	7.236	1.819	1.819
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.833	1.833	813	813
		<u>10.939</u>	<u>10.939</u>	<u>9.883</u>	<u>9.883</u>
		<u>63.022</u>	<u>63.022</u>	<u>35.483</u>	<u>35.483</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(5.537)	(5.537)	(7.759)	(7.759)
Partes relacionadas - Notas de débito	2	(842)	(842)	(842)	(842)
Empréstimos e financiamentos	2	-	-	(16.729)	(16.729)
Contas a pagar – Eletrobras	2	-	-	(4.392)	(4.392)
		<u>(6.379)</u>	<u>(6.379)</u>	<u>(29.722)</u>	<u>(29.722)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras - Caixa e equivalentes	837	6.843
Títulos e valores mobiliários	21.257	4.572
Depósitos vinculados - Aplicações financeiras	3.871	20.575
	<u>25.965</u>	<u>31.990</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (TJPL + 2,5% a.a.)	-	(16.729)
	<u>-</u>	<u>(16.729)</u>
Ativo (Passivo) líquido exposto	<u>25.965</u>	<u>15.261</u>

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	5.537	-	-	-	-	5.537
Total	<u>5.537</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.537</u>

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobras no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

21. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento mensal
367,02	02/02/2002	14/07/2030	28 anos	2% da Receita operacional

Contrato de reparo de aerogeradores

A Companhia possui contratos de prestação de serviços, fornecimento de materiais e equipamentos necessários para recuperação dos aerogeradores do seu parque eólico, com vigência até a completa execução dos serviços, objetivando a substituição de todos os aerogeradores no primeiro semestre de 2022.

22. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro, com vigência até 18 de dezembro de 2022, para cobertura de riscos operacionais, sendo:

- R\$75.000 de indenização máxima contra danos materiais;
- R\$11.289 de indenização máxima para cobertura de lucros cessantes; e,
- R\$10.000 de indenização máxima para cobertura de responsabilidade civil.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras, e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Volta do Rio S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2021, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Central Eólica Volta do Rio S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Volta do Rio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

**Demonstrações Financeiras 2021 - controladas**

CHAVE: 980D03BEA7D1C78E104E5DE17ACBD992A9DD5F78FECFA17D7ADD29100DFE9B07

Carimbo do Tempo homologado pela ICP-Brasil

Assinaturas

Demétrio Alexandre Ferreira

demetrio@cemig.com.br

Assinado em: 20/05/2022 13:32:39 (BRT)

IP: 179.189.188.56

Geolocalização: -19.9181, -43.937

Assinatura Eletrônica
20/05/2022 16:32 UTC



BRy

523.***.***-91
Demétrio Alexandre Ferreira

Mário Lúcio braga

mmario@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 12:25:24 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9293071, -43.9505132

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 15:25 UTC



BRy

469.***.***-53
Mário Lúcio braga

José Guilherme Grigolli Martins

jose.martins@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 11:54:50 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9327744, -43.9615488

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 14:54 UTC



BRy

296.***.***-77
José Guilherme Grigolli Martins

thadeu carneiro da silva

thadeu.silva@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 10:45:11 (BRT)

IP: 189.99.89.13

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:44 UTC



BRy

053.***.***-69
thadeu carneiro da silva

Leonardo George de Magalhães

lgeorge@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 10:34:51 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 13:34 UTC



BRy

617.***.***-20
Leonardo George de Magalhães

Eventos da coleta

Criação	19/05/2022 10:12:40 (BRT)
Conclusão	20/05/2022 13:32:38 (BRT)